



**A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESTADO DO CEARÁ E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO SENTIMENTO DE
PERTENCIMENTO DA JUVENTUDE RURAL: uma proposta de avaliação em
profundidade**

**THE POLICY OF EDUCATION OF THE FIELD OF THE STATE OF CEARÁ
AND ITS CONTRIBUTION TO BUILDING THE SENSE OF RURAL YOUTH: a
proposal for in-depth evaluation**

Francisco Bruno Silva Lobo

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Regislany de Sousa Morais

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Verônica Salgueiro do Nascimento

Universidade Federal do Ceará (UFC)

RESUMO

Neste trabalho apresenta-se uma proposta de Avaliação da Política de Educação do Campo do Estado do Ceará com o objetivo de compreender sua contribuição para a construção do sentimento de pertencimento da Juventude Rural em relação ao campo, a partir dos processos formativos na Escola de Ensino Médio João dos Santos Oliveira (Escola João Sem Terra), localizada no Assentamento 25 de maio, município de Madalena, Ceará. É realizada uma contextualização sobre Reforma Agrária, Assentamentos Rurais, Educação do Campo e Juventude Rural para delimitação da pergunta de partida. Posteriormente é apresentada a proposta analítica da pesquisa na perspectiva de avaliação em profundidade, bem como a natureza qualitativa por etnografia. Por fim são discutidos os indicadores pré-existentes da política que devem ser levados em consideração no trabalho de campo.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação em Profundidade. Educação do Campo. Pertencimento. Juventude Rural. Escola João Sem Terra.

ABSTRACT

This paper presents a proposal for Evaluation of Education Policy in the Field of the State of Ceará with the objective of understanding its contribution to the construction of the sense of belonging of the Rural Youth in relation to the field, from the formative processes in the High School João dos Santos Oliveira (João Sem Terra School), located in the May 25 settlement, in the municipality of Madalena, Ceará. A contextualization is carried out on Agrarian Reform, Rural Settlements, Rural Education and Rural Youth to delimit the question of departure. Subsequently the analytical proposal of the research is presented in-depth evaluation perspective, as well as the qualitative nature by ethnography. Finally, the pre-existing policy indicators that should be taken into account in the field work are discussed.

KEYWORDS: In-depth evaluation. Field Education. Belonging. Rural Youth. João Sem Terra School.



1 INTRODUÇÃO

A problemática da questão fundiária brasileira e a necessidade de políticas públicas para Reforma Agrária são assuntos recorrentes quando se estuda o cotidiano das populações camponesas. Nesse âmbito, buscar conhecimento e aproximação em relação aos Assentamentos Rurais é tarefa primordial de qualquer pesquisador que tenha o objetivo de imergir nos estudos relacionados ao campesinato. A reforma Agrária é definida por autores como Medeiros et al (1994), como a redistribuição da propriedade da terra em benefício dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, ao passo que o assentamento rural compreende as ações de natureza prática iniciadas com a seleção dos beneficiários da reforma agrária e conclui-se quando estes tomam posse da terra a eles destinada.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que para o atendimento das necessidades camponesas de usufruto da terra e plenas condições de vida comunitária no assentamento rural, como descreve Ribeiro (1987), a posse da propriedade deve vir acompanhada de uma série de medidas complementares e necessárias à fixação e qualidade de vida dos colonos dentro da área rural determinada. De Carvalho (2006) destaca que ao termo “Reforma Agrária” é constantemente atribuído diferentes sentidos de acordo com suas diferentes partes interessadas. A autora afirma que, historicamente, a concepção governamental brasileira vem reduzindo seu significado à simples distribuição das terras, enquanto os movimentos sociais rurais, em especial o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) atribui à reforma agrária um sentido mais amplo, de luta pela implementação de políticas públicas que visem a conjugação de aspectos econômicos, políticos e sociais.

Um dos aspectos centrais que deve ser levado em consideração para o satisfatório estabelecimento de um projeto de reforma agrária é o educacional. Nesse sentido, faz-se necessário realizar estudos referentes às políticas educacionais voltadas às populações do campo, levando em consideração as diferentes categorias de sujeitos sociais beneficiários. Este trabalho traz uma proposta avaliativa para a Política de Educação do Campo do Estado do Ceará, mais precisamente no âmbito dos processos formativos da juventude rural com o objetivo de compreender como a Política de Educação do Campo do Estado do Ceará contribui para construção do sentimento de pertencimento da Juventude Rural em relação ao campo, na Escola de Ensino Médio João dos Santos Oliveira (Escola João Sem Terra), localizada no Assentamento 25 de maio, município de Madalena, Ceará. No que diz respeito a proposta



metodológica, a perspectiva avaliativa aqui sugerida é avaliação em profundidade e a natureza qualitativa se dá por etnografia.

2 DESENVOLVIMENTO

A necessidade de políticas públicas educacionais tem sido bandeira de luta dos movimentos sociais do campo ao longo dos anos. Esse aspecto inicialmente fora sublimado ao ruralismo pedagógico, que De Souza (2009) define como um paradigma educacional fortemente ideológico, baseado em uma *educação para o capital*¹, com a tarefa de ensinar o povo a aceitar educadamente uma função pré-estabelecida no âmbito da sociedade capitalista. Sendo assim, voltado para segregação da população rural em relação ao meio urbano. A educação rural de forma geral e, especificamente, os programas educacionais de formação técnica e social do homem do campo, assumiram historicamente uma postura de apoio incondicional à manutenção da estrutura agrária brasileira.

Isso se torna mais evidente a partir da década de 30, durante o Estado Novo, em que as políticas governamentais getulistas desenvolveram-se pautadas na educação profissionalizante voltada para o meio urbano, com o objetivo de manter os trabalhadores camponeses no meio rural. (LEITE, 2002). A valorização da identidade camponesa e a realização de uma conscientização do trabalhador rural não eram os objetivos destas ações governamentais, que tampouco objetivavam a diminuição das desigualdades tão necessárias à manutenção da histórica lógica socioeconômica capitalista em vigor no país. Mais tarde, durante intensificação do avanço tecnológico agrícola, influenciado pela Revolução Verde, a partir da década de 60, a educação rural assumiu o papel de instrumento para modernização do meio agrário. Rebocada pelas empresas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural, objetivou a capacitação para o trabalho agrícola a partir de uma lógica urbana, em um processo que De Souza (2009) caracteriza como uma negação dos saberes culturais históricos das comunidades camponesas, na perspectiva de inferiorização dos valores do homem do campo.

Em contraponto a este processo, começam a surgir os Movimentos de Educação Popular (MEP), iniciados em Recife, liderados por Paulo Freire. Além destes, os Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE) também realizam discussões para valorização da cultura das classes populares trabalhadoras no campo e nas cidades. Posteriormente, os anos 80, período de redemocratização, intensificaram a atuação dos

¹ Expressão empregada em “Extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital”, por Fonseca (1985).



Movimentos Sociais, sobretudo a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como agentes cada vez mais atuantes na cena política brasileira. É nesse contexto que, segundo De Carvalho (2006), se intensificaram as reivindicações para o estabelecimento de Políticas Governamentais para realização de uma Educação direcionada ao meio rural, mas que fosse pautada na valorização dos saberes e costumes das comunidades camponesas: a Educação do Campo.

A Educação do Campo surge então como algo que de forma alguma pode ser pensado dissociado do meio em que a contém, como explicita Molina (2015), ao afirmar que só se pode falar em Educação do Campo levando em consideração sua materialidade de origem, falando também sobre questão agrária, Reforma Agrária, enfrentamento e superação da lógica de organização da sociedade capitalista. Nesse sentido, a autoemancipação do trabalho em relação à subordinação ao capital, colocando a intencionalidade de articular educação e trabalho em um projeto emancipador são eixos centrais da Educação do Campo.

Dentre as principais experiências concretas em Educação do Campo no Brasil, em especial no Estado do Ceará, destacam-se as Escolas do Campo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST/CE nos Assentamentos de Reforma Agrária. Estas escolas emergem a partir da luta e mobilização social dos povos camponeses por acesso e condições dignas e justas para educação em áreas de referência e luta para a identidade camponesa. Santos (2016) destaca que nestas escolas é desenvolvida uma proposta político-pedagógica, a fim de promover o desenvolvimento de espaços de formação crítica e reveladora da realidade, bem como dos processos sócio históricos pelos quais o campesinato brasileiro sofreu e ainda sofre milenarmente com os ataques regressivos do latifúndio que devasta a vida social, humana e ambiental.

Assim, há uma forte caracterização a partir da pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com sua própria composição identitária, fortemente presente nas Escolas do Campo, e sua relevância na constituição dos sujeitos sociais atentos a história e conscientes das frentes de luta como: contra os agrotóxicos, transgênicos, agronegócio e o fechamento das escolas no campo. Sobre este mesmo aspecto, Ribeiro (2013) destaca que se trata de um processo de construção coletiva dos próprios sujeitos políticos coletivos aptos a identificar os movimentos sociais populares, que, no seu processo organizativo, são capazes de unificar interesses comuns, em uma diversidade de interesses específicos, próprios da identidade à qual nos referimos, mas também da contraditoriedade presente no seu interior, através do movimento de conservar/transformar. Deste processo surgem reivindicações que se



transfiguram para além da pontualidade, apontando para um projeto de sociedade que se confronta com o atual.

As Escolas do Campo fazem parte política de Educação do Campo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação do Estado (SEDUC), por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem/Diversidade e Inclusão Educacional/Codea (SEDUC, 2018). A SEDUC afirma que:

Reconhece a luta dos movimentos sociais e sindicais do campo e vem garantido ampliação e qualificação da oferta de ensino médio às populações do campo, por meio de ações como a construção de novas escolas de ensino médio na zona rural e em áreas de assentamento, além de espaços pedagógicos complementares para a construção da identidade das escolas do campo; a qualificação do projeto curricular com a participação dos sujeitos e segmentos que participam da comunidade escolar e local e em articulação com os movimentos sociais do campo; apoio a projetos de permacultura desenvolvidos nessas escolas; contratação de profissionais técnicos da área agrícola para o desenvolvimento de componentes curriculares específicos e de apoio às atividades produtivas implementadas nos campos experimentais (Projeto Mandalla e outros); aquisição de acervo bibliográfico para as escolas, dentre outros. (SEDUC, 2018).

Devido à importância desta política para as populações do campo e movimentos sociais atenta-se para a necessidade de realização de uma pesquisa avaliativa. Nesta perspectiva, elege-se a categoria da juventude rural como público alvo e principal beneficiário da política no que diz respeito à oferta do ensino médio. O surgimento de novas categorias sociais dentro dos Assentamentos de Reforma Agrária vem se tornando objeto de investigação de alguns estudiosos nos últimos anos. (WHITAKER, 1995a; FERRANTE et al, 1994; D’AQUINO, 1994, MACHADO, 2008). Nesse sentido, a juventude torna-se objeto de pesquisa de Machado (2000), que conclui que os jovens almejam por educação e trabalho em um contexto de ajustamento em meio à dicotomia entre campo e cidade. Buarque (2002) afirma que a educação se articula com as demais problemáticas, como questões econômicas, organização da produção agrícola e com as formas de produção de conhecimentos e valores que são utilizados para estimular a autonomia, a geração de renda e a promoção de um desenvolvimento rural sustentável, e principalmente as condições criadas, objetivando a inserção da juventude rural no campo. Nesta perspectiva, Oliveira (2015) aponta para a necessidade de implementação de políticas públicas que atendam as especificidades da juventude rural enquanto sujeitos essenciais para a construção de uma nova ordem social.

No âmbito da política de Educação do Campo do Estado do Ceará, faz-se necessário realizar a análise das especificidades do currículo das Escolas do Campo, mais precisamente no



que diz respeito ao Ensino Médio, bem como seus desafios para uma formação integral e integradora que possa superar a formação dualista e fragmentada. O Ministério da Educação (MEC, 2009), atribui, dentre as especificidades do currículo das Escolas do Campo de nível médio que este seja:

Um currículo que permita aos sujeitos do campo estudar, compreender e intervir na sua realidade, mas não se restrinja ao local, que favoreça a relação entre o local e o global; que considere a unidade, mas também a diversidade; que garanta aos sujeitos do campo o acesso ao conhecimento histórico e socialmente acumulado pela sociedade e que lhes foi negado ao longo da história, mas que também valorize o saber popular, a memória coletiva, as representações sociais formadores da identidade, da relação e sentimento de pertencimento [...] que possa favorecer o resgate e valorização da identidade dos sujeitos do campo; desconstrua estereótipos, preconceitos (visão positivada ou negativizada do campo); superar a antinomia campo-cidade; e que estimule a auto-estima; o sentimento de pertencimento fundado na crítica. (MEC, 2009).

A partir da análise deste currículo, bem como das bases conceituais da Política de Educação do Campo do Estado do Ceará, surge a seguinte pergunta de partida para este ensaio de avaliação: Como a política de Educação do Campo do Estado do Ceará contribui para a construção do sentimento de pertencimento da juventude rural em relação ao campo na Escola João Sem Terra, localizada no Assentamento 25 de maio, município de Madalena, Ceará? Nesse sentido, estabelece-se o seguinte objetivo a ser alcançado durante esta pesquisa avaliativa:

Compreender como a Política de Educação do Campo do Estado do Ceará contribui para construção do sentimento de pertencimento da Juventude Rural na Escola João Sem Terra.

2.1 Proposta analítica de avaliação

É reconhecido o fato de que o campo de estudos que compreende a Avaliação de Políticas Públicas possui uma variedade de conceitos e critérios que se diferenciam, principalmente no que diz respeito à abordagem a ser elaborada para uma determinada pesquisa avaliativa. Castro e Melo (2016) ressaltam que diante da complexidade presente neste campo de estudo, cabe ao avaliador a escolha do paradigma avaliativo a partir de sua concepção epistemológica de mundo no processo de compreensão de um determinado fenômeno.

De acordo com Gomes (2015), o contexto das arenas internacionais na década 1990 trouxe para dentro do âmbito educacional novos paradigmas de formação e consequentemente



apoiaram novas formas de avaliação mais próximas do monitoramento ou *accountability*², dimensões que recaíam demasiadamente na esfera da eficiência, eficácia e efetividade dos programas. Nessa perspectiva, propor avaliações de programas educacionais a partir de novos paradigmas compreensivos e em profundidade significa tentar opor-se aos métodos convencionais de avaliação de ensino-aprendizagem tão recorrentes no acompanhamento e monitoramento da educação básica.

Assim, considera-se pertinente propor a realização de uma avaliação com abordagem hermenêutica da Política de Educação do Campo de Nível Médio do Estado do Ceará, levando em consideração, em um primeiro momento, dois eixos analíticos: a análise de conteúdo e da trajetória institucional da política. Dessa forma, a proposta aqui apresentada diz respeito a realização de uma avaliação compreensivo processual de conteúdo e trajetória da Política de Educação do Campo na Escola de Ensino Médio João dos Santos Oliveira (Escola João Sem Terra) a partir das experiências que os jovens rurais estudantes de ensino médio atendidos por ela constroem em sua formação.

Para o presente empreendimento pretende-se tomar como referência Rodrigues (2008), que apresenta significativas contribuições no campo da pesquisa avaliativa, propondo ampliar o entendimento dos processos avaliativos no campo de políticas públicas de corte social na modalidade de pesquisa social aplicada. Rodrigues (2008) lança as bases para uma Avaliação em Profundidade de Políticas Públicas a partir do avanço na discussão epistemológica da pesquisa avaliativa. A autora aponta para a existência de duas diferentes propostas no campo da avaliação: uma, majoritária, que compreende avaliação como medida e julgamento; outra, minoritária, em que se insere a abordagem interpretativa, que privilegia o sentido de compreensão e interpretação dos fenômenos. Assim como Lejano (2006), Rodrigues (2008) critica as abordagens positivistas. Os dois autores realizam proposição de avaliação em políticas públicas pautadas na hermenêutica, enquanto paradigma, que privilegia a interpretação, o contexto, a noção de processo, as abordagens de dentro das situações estudadas.

De acordo com Rodrigues (2008), esta perspectiva da avaliação em profundidade leva em consideração as dimensões da experiência e do entendimento, atentando para a complexidade dos fenômenos. A proposta de realizar uma avaliação em profundidade da Política de Educação do Campo do Estado do Ceará, especialmente no âmbito da Escola João Sem Terra e do Assentamento 25 de maio, se dá pelo reconhecimento da necessidade de analisar

² Termo utilizado para conceituar a “prestação de contas” enquanto mecanismo de regulação da qualidade no âmbito da Avaliação de Políticas Educacionais, empregado por autores como: Schneider e Schneider (2015) em “Accountability em Educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do estado-avaliador?”.



esta política pública a partir da perspectiva multidimensional, abordando quatro eixos analíticos que consideramos relevantes, dada a complexidade das forças políticas bem como os sujeitos envolvidos neste processo.

A pesquisa aqui proposta terá natureza qualitativa, com a elaboração dos instrumentos a serem aplicados em campo. Visando desenvolver um trabalho de pesquisa social, que segundo Gil (2008), é o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social, onde a dimensão avaliativa de um programa educacional se faz presente, pretende-se compreender e descrever as relações que implicaram na sua concepção e dinâmica, e também discutir suas diferentes perspectivas e dimensões políticas, integrando variados tipos de informação e experiência dos envolvidos.

Neste panorama torna-se fundamental considerar o método de aproximação etnográfica na compreensão dos sentidos e representações dos beneficiários em relação à política. Uma descrição etnográfica é a realidade social apreendida a partir do olhar, ou seja, uma realidade social que se torna linguagem e que se inscreve numa rede de intertextualidade (LAPLANTINE, 2004). Autores como Greene (2001) e Lejano (2006) reconhecem o método etnográfico como um instrumento privilegiado de análise no âmbito dos estudos avaliativos das políticas.

Após a explicitação da perspectiva avaliativa, bem como também da proposta metodológica, torna-se necessário apresentar o local de pesquisa e o porquê de sua escolha enquanto lente para possibilitar a observação do fenômeno que aqui se propõe avaliar.

A Escola Estadual de Ensino Médio João dos Santos de Oliveira (*João Sem Terra*³), no município de Madalena/CE, está situada no Assentamento 25 de Maio, Comunidade do Quieto, um marco histórico da origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Estado do Ceará, através da sua organização, força e determinação na luta pelo acesso à terra, assim como pela sua democratização e implementação da Reforma Agrária. Esta é a primeira das dez Escolas do Campo conquistadas, junto ao Governo do Estado do Ceará. (MST, 2012).

A escola tem seu marco situacional constituído através da leitura coletiva da realidade, situando-a historicamente e delimitando o contexto da escola, da comunidade e dos sujeitos que na escola se fazem estudantes, a juventude do campo, relacionados com uma realidade estadual e nacional, vivenciando o chão a partir do qual a escola se faz. (MST, 2012).

³ De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola (2012), o nome da escola foi escolhido a partir de um amplo processo de discussão e participação popular. As mais de 500 famílias do Assentamento 25 de Maio, criado em 1989, foram consultadas. “João Sem Terra” nasceu em 1939, no município de Caridade. O homenageado viveu no Acampamento 25 de Maio e foi considerado uma liderança do movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST – CE).



De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola João Sem Terra, MST (2012), os educandos e as educandas eram, inicialmente, oriundos dos Anexos das Escolas Estaduais de outras comunidades do Assentamento e das escolas de Educação Fundamental da rede municipal e posteriormente, passaram a constituir-se, prioritariamente, por jovens egressos das escolas de Ensino Fundamental das comunidades do Assentamento e circunvizinhas.

De uma forma geral os alunos da Escola João Sem Terra são jovens que vem construindo sua existência no sertão cearense, no contexto do semiárido, num momento histórico marcado pelas contradições e disputas entre o projeto hegemônico da agricultura capitalista – o agronegócio – e a resistência do projeto da agricultura camponesa. (MST, 2012).

Assim, a escolha desta Escola do Campo como local de para realização desta pesquisa se deu pelo fato de a mesma ter grande representatividade, tendo sido a primeira implementada dentro da Política Estadual de Educação do Campo e por sua considerável importância como representação de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela Reforma Agrária e por uma educação popular camponesa digna.

3 CONCLUSÃO

A partir da proposição que este documento apresenta para a realização de uma pesquisa avaliativa que almeja compreender os fenômenos vivenciados pela juventude rural, a partir da Política de Educação do Campo do Estado do Ceará, no âmbito do ensino médio, torna-se necessário o desvelo do senso comum a partir da imersão no cotidiano desses sujeitos no âmbito da Escola do Campo e do Assentamento Rural.

A busca pela compreensão de como se constrói o sentimento de pertencimento destes jovens em relação ao lugar de origem deve levar em conta diversos aspectos inerentes à realidade que estes enfrentam diariamente a partir da política educacional em questão e também em relação ao acesso à outras políticas e programas de natureza econômica, social e cultural bem como do enfrentamento das adversidades inerentes ao território em que estão inseridos.

Assim, não se pode considerar apenas um, mas vários indicadores os quais se possa atribuir sentido durante a jornada da pesquisa avaliativa, na tentativa de levantar hipóteses e inferir resultados. Nessa perspectiva cabe analisar meticulosamente: aspectos produtivos da unidade familiar dos jovens rurais; levando em consideração a área individual de produção de cada família, seus recursos hídricos disponíveis, possibilidade de plantio e criação de animais de produção, condições de moradia, saneamento básico e abastecimento de água, acesso a tecnologias de captação e armazenamento de água, diferentes perfis de jovens: através da



análise da auto identificação de raça, gênero, estado civil, composição familiar e número de dependentes, taxas de ocupação e índices de permanência e evasão em relação a Escola do Campo, percepção em relação a Escola do Campo e sua metodologia, trajetória do Jovem até chegar a Escola do Campo, participação em Projetos Culturais dentro e/ou fora da Escola do Campo, possibilidade e acesso ao esporte, lazer e entretenimento dentro e/ou fora da Escola do Campo, participação em grupos religiosos no Assentamento Rural, acesso a serviços básicos de saúde, participação dos jovens nas entidades locais. Todos estes fatores supracitados deverão ser levados em consideração pelo pesquisador no momento em que este estiver em campo realizando a pesquisa aqui proposta.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, S. J. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CASTRO, Vânia Maria Vasconcelos; MELO, Conceição Coutinho. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): uma proposta de avaliação em profundidade. **Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL**, v. 2, n. 14, 2016.

D'AQUINO, Therezinha (Org.). **Retratos de Assentamentos**. NUPEDOR, Ano II, nº 4, 1995.

DE CARVALHO, S. M. G. D. **Educação do campo**: Pronera, uma política pública em construção. 2006. Tese de Doutorado. Tese Doutoramento, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil.

DE SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. A educação popular no campo: entre o saber camponês e o conhecimento científico. **Revista de Educação Popular**, v. 8, n. 1, 2009.

FERRANTE, V. L. S. B. et al. Assentamentos Rurais: um olhar sobre o difícil caminho de construção de um novo modo de vida. In: **Retratos de Assentamentos**. NUPEDOR, Ano I, nº 1, 1994.

GOMES, Falcon Felipe (Orgs.). **Educação Profissional na EEEP Marvin**: uma avaliação processual do ensino médio integrado. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREENE, Jennifer. **Dialogue in evaluation**: a relational perspective. Califórnia: Sage Publications, 2001.

LAPLANTINE, François, 2004. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.



LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 7).

LEJANO, Raul Perez. **Frameworks for policy analysis: merging text and context**. New York: Routledge, 2006.

MACHADO, V. **Dilemas e perspectivas da educação em assentamento rural – Sumaré/SP**. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.

_____. **Estudantes em assentamentos de terras: um estudo de aspirações por educação**. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.

MEC, Ministério da Educação. **Currículo do Ensino Médio do Campo**. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1764-curriculo-ensino-medio-campo&Itemid=30192 > Acesso em: 26/02/2018.

MEDEIROS, L. et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994.

MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, v. 6, n. 2, 2015.

OLIVEIRA, Carla Michele Geraldo de. **Um olhar sobre a juventude rural do assentamento Rancho Alegre: permanência ou migração?** 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

Projeto Político Pedagógico de Formação Integral do Campo da Escola de Ensino Médio João dos Santos de Oliveira (João sem Terra). Madalena, 2012.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. 2. Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

RIBEIRO, Néelson de F. **Caminhada e esperança da reforma agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Aval**. Fortaleza, n.1, p.7-15, jan/jun, 2008.

SANTOS, José Filho Araújo. **As escolas do campo do MST/CE como espaço contra hegemônico**. In: I Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci - JOINGG. VII Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. Práxis, formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia, 2016, Fortaleza, CE. Anais (on-line). Fortaleza. Disponível: < <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/AS-ESCOLAS-DO-CAMPO-DO-MSTCE-COMO-ESPA% C3% 87O-CONTRA-HEGEM% C3% 94NICO..pdf> > Acesso em: 23/02/2018.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC. **Educação do Campo**. Disponível em: <
<http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/ouvidoria/205-desenvolvimento-da-escola/diversidade-e-inclusao-educacional/educacao-do-campo/11295-educacao-do-campo> > Acesso em:
25/02/2018.

WHITAKER, D. C. A; FIAMENGUE, E. C. Assentamentos de reforma agrária: novos atores e novos espaços sociais no campo. **Retratos de Assentamento**, NUPEDOR, ano II, n.2, 1995a.